

NEOLIBERALISMO E CONSERVADORISMO: CONSTATAÇÕES ACERCA DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

*NEOLIBERALISM AND CONSERVATISM:
FINDINGS ABOUT THE ESCOLA SEM PARTIDO*

Anelise Gregis Estivalet
Universidade de Brasília
anegregis@gmail.com

∞ RESUMEN

∞ PALABRAS CLAVE

Neoliberalismo
Conservadorismo
Religião
Educação
Gênero

A década de 1990 foi marcada pela implementação de políticas neoliberais e, particularmente, pela ascensão ao poder de forças políticas comprometidas com o conservadorismo. A união entre neoliberalismo e neoconservadorismo surgiu como modo de assegurar o avanço das agendas neoliberais no meio público. Assim, a educação das massas passou a ser crucial para o funcionamento do neoliberalismo. A temporalidade neoliberal, enquanto um movimento político-econômico apoiado no conservadorismo, busca manter uma ordem social e apoia-se na religião, particularmente, na doutrina cristã. É nesse universo que surge e no qual se sustenta o Movimento Escola sem Partido (MESP) que predispõe a anulação das diferenças e rechaça os direitos das minorias políticas. Nesse sentido, a centralidade neoliberal e conservadora do MESP nos permite concluir que a pretensa “Escola sem Partido”, em verdade, é uma “Escola com Partido”, baseada no pensamento único.

∞ ABSTRACT

∞ KEYWORDS

Neoliberalism
Conservatism
Religion
Education
Gender

The 1990s were marked by the implementation of neoliberal policies and, particularly, by the rise to power of political forces committed to conservatism. The union between neoliberalism and neoconservatism emerged as a way to ensure the advance of neoliberal agenda in the public environment. Thus, education of the masses became crucial to the functioning of neoliberalism. Neoliberal temporality, as a political-economic movement based on conservatism, seeks to maintain a social order and is based on religion, particularly christian doctrine. It is in this universe that the Movimento Escola sem Partido (MESP) emerges and which predisposes the annulment of differences and rejects the rights of political minorities. In this sense, the neoliberal and conservative centrality of MESP allows us to conclude that the so-called “Escola sem Partido”, in fact, is a “Escola com Partido”, based on unique thinking.



Recibido: 31/08/2020
Aceptado: 21/10/2020

Introdução

Enquanto a década de 1980 no Brasil foi marcada pela redemocratização, o início da década de 1990 foi pautada pela implementação das políticas neoliberais com a ascensão ao poder de forças políticas comprometidas com o conservadorismo. A nova configuração estatal caracterizou-se pela reestruturação do mundo do trabalho e, no campo educacional, pela utilização de práticas extremamente regressivas que espalharam-se por todas as dimensões da sociedade.

Assim, com o avanço do neoliberalismo, as decisões políticas tomadas em nível supranacional, passaram a desconsiderar os interesses nos marcos do Estado-Nação, tais como a organização da cultura e da educação, a produção de ciência e de tecnologia, evidenciando seu caráter antidemocrático. Segundo Michael Löwy (2015):

Esta relação entre as políticas de níveis supranacional e nacional engendram a emergência de movimentos nacionalistas, muitos herdeiros do nazismo e do fascismo, bem como os pânicos de identidade devidos, não apenas, ao processo de homogeneização cultural trazido pela globalização capitalista em sua fase neoliberal, mas também, a necessidade de certos grupos sociais procurarem suas raízes culturais, levando-os ao chauvinismo¹, à xenofobia, à exacerbação do racismo, aos conflitos étnicos e confessionais, a generofobia e, ainda, ao anticomunismo (Löwy 2015 apud Silveira 2017: 21).

Ainda segundo Michael Löwy (2015), os movimentos e partidos políticos de extrema-direita, que ganharam notoriedade na sociedade brasileira na última década, são favoráveis à repressão policial e militar para assegurar formas autoritárias de impor seus valores, assim como são partidários de uma política armamentista justificando-a como garantia da “segurança”, em detrimento dos direitos sociais, civis e subjetivos da classe trabalhadora, particularmente das camadas mais pobres, dos imigrantes e dos oriundos de diferentes credos. Em sua essência, constata-se o que podemos nomear de “ódio de classe”, já problematizado por Jacques Rancière (2014). Além desses aspectos em geral, particularmente no Brasil, os movimentos conservadores e os partidos políticos de extrema-direita se manifestam segundo a especificidade do capitalismo dependente, tendo o ritmo do desenvolvimento interno (contraditório, desigual e combinado) pautado pelo “padrão [autocrático] de dominação burguesa” (Fernandes 2008). Antônio Flávio Pierucci (1998) reitera que no “terceiro mundo”, na “periferia do capitalismo”, o processo de desencantamento do mundo² ocorreu de modo bem diferente do que na Europa.

Atualmente, os movimentos conservadores no Brasil defendem a constituição de um governo empresarial-militar que exalta torturadores fazendo alusão ao anticomunismo; cultuam a pena de

¹ Patriotismo exaltado, uma referência a Nicholas Chauvin, soldado de Napoleão, que se tornou um patriota ao extremo.

² Para Max Weber, o desencantamento do mundo fala da ancestral luta da religião contra a magia, sendo uma de suas manifestações mais recorrentes e eficazes a perseguição aos feiticeiros e bruxas.

morte e atacam os direitos humanos ao afirmar que, “bandido bom é bandido morto”; apresentam-se como contrários à corrupção (que é sistêmica e legítima o pacto de dominação burguês), processo esse no qual as oligarquias agrárias permanecem ativas na arena do Estado a despeito da hegemonia de frações da burguesia industrial, financeira e de serviços; fazem referências à ordem e ao progresso apoiando-se no tripé pátria, religião e família. Ao mesmo tempo, ao defender o “cidadão de bem” (homem branco, heterossexual, cristão e de direita), tornam notório seu ódio às minorias políticas (mulheres, negros, índios, gays, lésbicas) e atacam o fantasma do comunismo sob o entendimento equivocado de que Partido dos Trabalhadores (PT) estabelece políticas e ações comunistas. É nesse universo que impõe-se por ameaças à produção do conhecimento, ao meio acadêmico, à expressão do professor no exercício da profissão e ao direito de livre pensamento que surge e no qual se sustenta o Movimento Escola sem Partido (MESP).

Neoliberalismo e educação

A união entre neoliberalismo e neoconservadorismo surge como modo de assegurar o avanço das agendas neoliberais no meio público. A partir da ocupação da arena pública com demandas do direito privado através de um processo de desdemocratização, a pauta neoliberal busca formar sujeitos baseados no empreendedorismo liberal e na atuação cristã (Brown 2015). Desse modo, na retórica neoliberal, o Estado teria a função de (re)moralizar tais questões junto à arena pública, tal como afirmam Pierre Dardot e Christian Laval, “o neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais” (2016: 30).

Assim, a escola passa a ser vista como potencial formadora de uma nova forma de subjetivação, formando um sujeito-empresário, que é a empresa de si mesmo. A educação das massas passa a ser “crucial para el funcionamiento del neoliberalismo” (Veiga-Neto 2010: 228), visto que é através dela que parte da racionalidade neoliberal é capilarizada.

Tanto o neoliberalismo quanto o conservadorismo visam destituir o espaço público de seu caráter republicano, caráter esse que a nível de Brasil não foi completamente concretizado. A escola, que deveria ser um local de discussão e construção do pensamento crítico, passa a ter um caráter empresário e meritocrático. Tal relação ocorre porque “a forma-empresa é a ‘forma celular’ de moralização do indivíduo trabalhador, do mesmo modo que a família é a ‘forma celular’ da moralização da criança” (Dardot; Laval 2016: 388). Portanto, considerando a empresa a forma celular que forma o sujeito-empresário no contexto da neoliberalização e a família a forma celular que o moraliza, a constituição do sujeito-empresário está relacionada às duas formas celulares (Barzotto; Seffner 2020).

Conservadorismo e Religião

A temporalidade neoliberal se caracteriza por uma onda conservadora, enquanto um movimento político-econômico, que busca manter uma ordem social e se apoia na religião, particularmente, na doutrina cristã que baseia-se tanto na existência de uma moral infinita e transcendental como no princípio de liberdade individual. Essa ordem social defende, ainda, uma organização hierárquica-paternalista de sociedade, assim como certos padrões de comportamento e valores que pretendem manter uma ordem societária, cujas desigualdades sociais são tidas como naturais.

Para István Mészáros (2004), Daniel Bensaid (2008) e Eric Hobsbawm (2013), a gênese da onda (neo)conservadora ou ultraconservadora (Junqueira 2018) remete aos anos de 1960, período esse que pode ser caracterizado, principalmente, pelo ressurgimento da religião enquanto força política, com a expansão do islamismo, do protestantismo e do pentecostalismo que, posteriormente, originou o neopentecostalismo. Utilizando-se do medo frente à uma sociedade de riscos, uma racionalidade conservadora cresce, aliada à expansão da racionalidade neoliberal:

Não obstante, a principal causa para a ascensão da religião politizada não é um eleitorado religioso de massa num mundo de efetivo sufrágio universal. É a ascensão de ideologias radicais, predominantes direitistas [...] catequistas e até potencialmente revolucionárias, no modo ‘fundamentalista’ tradicional das ‘religiões do livro’, que retornam ao simples texto de suas escrituras, para com isso purificar a fé de acréscimos e corrupções. Seu futuro se parece com um passado reconstruído (Hobsbawm 2013: 250).

De acordo com Wendy Brown, tais grupos teriam em comum a utilização da religião “de modo a facilitar o apelo neoconservador na base popular, e especialmente de modo a construir a recepção por seu autoritarismo” (2006: 696). Configura-se, assim, uma composição autoritária que entende a liberdade religiosa como superior à democracia. Essa liberdade religiosa liga-se à racionalidade neoliberal questionando a legitimidade do aparelho estatal centrado no *homo politicus* (Brown 2006).

Nesse sentido, os anos 1990 foram marcados pelo surgimento da expressão “ideologia de gênero” amparada pela ala conservadora da igreja católica no âmbito do Conselho Pontifício para a Família, da Congregação para a Doutrina da Fé, antigamente conhecida como Santa Inquisição Romana e Universal. Como uma reação aos movimentos feministas, a expressão foi formulada por grupos neofundamentalistas católicos que alegam que as concepções feministas atingem a “tradicional família cristã”. Data de 1998 a nota da Conferência Episcopal Peruana que trouxe pela primeira vez, o termo em documentos oficiais da Igreja católica. No entanto, Amanda da Silva e Maria Rita de Assis César (2017), apontam que os temas presentes na nota da Conferência Episcopal do Peru já eram recorrentes em documentos produzidos pela igreja anteriormente. Nos anos 2000, a expressão apareceu, novamente, em um documento da Cúria Romana intitulado “Família, Matrimônio e Uniões de Fato”. Rogério Junqueira (2017) cita outros documentos católicos que utilizaram a expressão posteriormente e destaca a atuação de Joseph Aloisius Ratzinger antes e também durante o período de seu papado (2005-2013) na “viralização” do termo, que passou a ser utilizado em um movimento transnacional antigênero.

No Brasil, o Movimento Escola sem Partido (MESP) passou a utilizar a expressão associada ao que denominam de “combate à doutrinação de esquerda que os/as professores/as praticam na escola”. No entanto, no âmbito acadêmico, a expressão sequer é reconhecida. Percebe-se, assim, que a pauta comum entre o MESP e a expressão “ideologia de gênero” está no fundamentalismo conservador que vem ganhando cada vez mais espaço. Não é à toa que no Brasil, o atual presidente da República, Jair Bolsonaro, foi eleito tendo como uma de suas plataformas o “combate” à “ideologia de gênero”. O termo ideologia de gênero tem sido usado como uma forma política de manipulação do medo com base em informações falsas e distorções das práticas que acontecem nas escolas. Para Rogério Junqueira (2016), a ideologia de gênero é, portanto:

Um poderoso slogan, incendiando a arena política de dezenas de países, ao catalisar manifestações virulentas contra políticas sociais, reformas jurídicas e ações pedagógicas voltadas a promover os direitos sexuais e punir suas violações, enfrentar preconceitos, prevenir violências e combater discriminações (hetero) sexistas (2016: 230).

Ao menos duas estratégias discursivas são utilizadas para estabelecer o que podemos chamar de “pânico moral”: a primeira, do aglutinante simbólico (Petô, 2015) e a segunda, do significante vazio (Laclau, 2013). Roman Kuhar e Aleš Zobec (2017), analisam casos europeus nos quais o “gênero” tornou-se um inimigo pluridimensional, “que pode ser moldado de diferentes formas para encaixar-se no objetivo concreto de um protesto político” (Kuhar, Zobec 2017: 31). Assim, trazer o conceito de gênero desenvolvido no meio acadêmico pelos estudos feministas para junto das pautas políticas (ultra)conservadoras:

Implica esvaziar seu caráter científico de modo a torná-lo algo que não significa, em si, nada e, portanto, passível de tornar-se qualquer significado, ao sabor da conveniência do ataque político que se deseja desferir a este ou aquele adversário. A partir disso, constrói-se uma nova narrativa a partir do uso do aglutinante simbólico. Com isso, colam-se ou aglutinam-se ao conceito de “gênero” outras expressões ou gatilhos que auxiliarão na criação de um pânico moral (Barzotto; Seffner 2020: 156).

Cabe ressaltar que essa afirmação de valores tradicionais relacionados à moral, à família e às relações entre os sexos, assim como um discurso patriótico e contra a corrupção, define o discurso político-ideológico do MESP. Esses discursos fortalecem um sentimento de pânico moral, que serve como mecanismo de resistência aos materiais educativos e pedagógicos que alertam sobre doenças sexualmente transmissíveis, desigualdades sociais, questões de gênero, homofobia, feminicídio, racismo e uso de drogas (lícitas e ilícitas): “por isso, o termo ‘ideologia de gênero’, que em si mesmo carece de sentido, é insuflado como forma de instaurar um ‘pânico moral’ generalizado, que favorece a associação desse desconforto a posições políticas conservadoras (Penna 2018) nem sempre explícitas” (Moura; Silva 2020: 275).

Desse modo, o discurso religioso passa a concorrer com a ciência, opondo-se e desqualificando o discurso científico. Estabelece-se, assim, um embate entre religião e ciência: “Esse discurso, utiliza-se de uma linguagem próxima do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforça-las no campo educacional” (Penna 2017: 35). Ainda segundo Fernando Penna (2017) o MESP possui quatro características principais que estão relacionadas à: 1) uma concepção de escolarização; 2) desqualificação do professor; 3)

estratégias discursivas fascistas e; 4) defesa do poder dos pais sobre os filhos. No que se refere aos argumentos que sustentem as ações do MESP, podemos classificá-los da seguinte forma: a) A escola deve ser neutra; b) O aluno é uma “tábula rasa”; c) os pais têm o direito de educar conforme seus valores; d) As escolas fazem apologia à ideologia de gênero e; e) O professor faz doutrinação.

Ainda no que diz respeito ao termo “ideologia de gênero”, esse pode ser definido como “[...] un término sombrilla que crea un sentido común capaz de alcanzar una gran audiencia” (Amaya 2017: 160-161). Com isso, o perigo que a “ideologia de gênero” pode trazer à sociedade torna-se adaptável para diferentes países ou regiões adotando enunciados variados que provocam desconfortos ou ações da sociedade civil. Podemos citar, os casos da associação do termo com outros como: “comunismo” na Rússia (Moss 2017), “pedofilia” na Polônia (Grzebalska 2015), dominação colonial na Hungria (Félix 2015), “Islã” na Áustria (Mayer; Sauer 2017) e com as FARC na Colômbia (Muelle 2017). No caso do Brasil, existe não somente a associação ao “comunismo” como também, às fake news produzidas em massa e que, durante as eleições de 2018, afirmavam que o então candidato do PT, Fernando Haddad, seria o responsável pela distribuição de mamadeiras com bicos em formatos fálicos³ (mamadeiras de piroca) em creches que faziam parte de um plano que visava “destruir a família”. Luis Felipe Miguel (2016) ressalta que a proposta do MESP – e, quiçá, do movimento antigênero – pode ser definida pela primazia autoritária do direito individual dos pais sobre o direito republicano dos educandos, já que a liberdade de escolha dos pais é vista como superior à liberdade de aprender dos filhos. Essa afirmação torna-se evidente ao sabermos de que um dos slogans do movimento é “meus filhos, minhas regras” (Penna 2017). Nesse sentido, ocorre o esvaziamento do direito público frente ao direito privado, utilizando do sintagma “ideologia de gênero” como forma de “proteger as crianças” de um certo perigo. O que é possível perceber a partir dos discursos do MESP é que não se compreende o estudante como um ser autônomo, autodeterminado, capaz, inclusive, de direcionar o processo educativo; ao contrário, os discursos reafirmam constantemente o direito dos pais, mas poucas vezes se cita o direito do estudante, tampouco o direito de questionar as crenças e moralidades da sociedade em que vive (Moura; Silva 2020).

Torna-se presente, ainda, a disputa de quais conhecimentos, valores, atitudes e símbolos são legítimos e neutros para comporem o currículo escolar. Ressalta-se que, um dos fundamentos do MESP é de que a escola deve ser regulada pelo Código do Consumidor em uma tentativa evidente de pensar a educação como uma relação de consumo (Penna 2017). Esse fundamento é reforçado pelo princípio de que os pais são donos de seus filhos e, nesse sentido, estaria justificado um controle ideológico dos docentes que, na visão do MESP, seriam doutrinadores e corruptores de crianças e jovens.

³ “MAMADEIRAS eróticas” não foram distribuídas em creches pelo PT. Estadão, São Paulo, 28 de setembro de 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/mamadeiras-eroticas-nao-foram-distribuidas-em-creches-pelo-pt/>. Acesso em julho de 2020.

Escola sem Partido?

O Movimento Escola sem Partido (MESP), surgido em 2003, é baseado em movimentos como o *No Indocritnation*, *No brainwashing*, *No brainwashing kids*, *No indoctrination by dogmas*, *Creation Studies Institute*, além do *Campus Whatch*, que são uma realidade na Austrália, Estados Unidos e Canadá. Segundo Espinosa e Queiroz (2017), Edgar Palácio Mizrahi⁴, partidário do “uribismo”⁵, é o principal representante do *Creation Studies Institute* (CSI) na América Latina, tendo como objetivo traduzir para a língua castelhana o material de combate à chamada doutrinação nas escolas públicas. Assim, o fundador e líder do MESP, Miguel Francisco Urbano Nagib⁶, afirma ter se inspirado no grupo de pais e estudantes estadunidenses, reunidos em torno do *No Indocritnation.org*⁷ que tem como meta acabar com a doutrinação ou ideologização nas escolas (Dvoskin; Estivalet 2020). No entanto, embora defenda a neutralidade como solução para o “abuso da liberdade de ensinar”, o MESP não guarda nenhuma neutralidade, como veremos a seguir. Já em sua fundação o MESP se posiciona contra a “doutrinação marxista”. Segundo Luis Felipe Miguel:

A fusão da denúncia da doutrinação marxista de inspiração gramsciana com a oposição à ‘ideologia de gênero’ obedeceu, assim, ao senso de oportunidade” do movimento Escola Sem Partido. Com ataques e ações virtuais, por vídeos e inserções em espaços públicos e parcerias com “ícones” da comunidade conservadora Brasileira, “a confluência foi facilitada graças ao trabalho de propagandistas da extrema direita, em particular os alinhados a Olavo de Carvalho, para quem a dissolução da moral sexual convencional é um passo da estratégia comunista” (2016: 601).

Neste contexto, o MESP adquire a seguinte organização: a) desenvolve um sítio na web; b) distribui materiais de divulgação que propagam discurso de ódio; c) incentivam a denúncia de conteúdo programático, material pedagógico e das atitudes e comportamento dos professores na transmissão do conhecimento; e, d) faz tramitar nas diferentes câmaras legislativas Projetos de Lei. Podemos classificar a atuação do MESP em duas frentes: a primeira, enquanto associação informal de pais, alunos e conselheiros e, a segunda, que atua no ambiente do legislativo. Além disso, os

⁴ Presidente e fundador da Igreja Presbiteriana Reformada da Colômbia.

⁵ Denomina-se uribismo o movimento de apoio às políticas de governo de Alvaro Uribe Vélez.

⁶ Miguel Nagib, adepto ao catolicismo, é Procurador de Justiça do Estado de São Paulo em Brasília desde 1985, tendo sido Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal de 1994 a 2002. Nagib é integrante do Instituto Millenium, think tank (organização social voltada à formação de opinião) de direita criado em 2005 para difundir ideias ultraliberais, articulando meios de comunicação de massa.

⁷ O site <http://noindoctrination.org/> encontra-se fora do ar. Luann Wright, decidiu criar o site noindoctrination.org ao perceber um viés crítico nos textos e nas atitudes de um professor de literatura de seu filho, que orientava a leitura de artigos qualificados por ela como “tendenciosos” sobre o racismo dos brancos contra os negros. O <http://indoctrinationmovie.com/about/#nav>, de cunho religioso, denuncia professores de escolas públicas pelo suposto anticristianismo que propagam e o <https://stopk12indoctrination.org/k-12-code-of-ethics/> acusa professores de tornarem os estudantes audiência para doutrinação ou influenciá-los a adotar posições políticas e ideológicas em relação à problemática social e política da sociedade. O noindoctrination.org age da mesma forma que o *Campus Watch*, que publica informes e incentiva estudantes universitários a denunciarem professores que possam ter posições ideológicas anti-israelenses ou que apresentem simpatia à causa palestina. O *Creation Studies Institute* (CSI) diz combater uma suposta indoctrination nas escolas públicas americanas. Em grande medida, combatem o ensinamento da teoria da evolução, a perspectiva de gênero ou temas relacionados com o multiculturalismo utilizando material audiovisual e publicações. Ao mesmo tempo, oferecem em seu site, um portfólio de serviços, como o homeschooling, onde é possível comprar pacotes curriculares para os diferentes níveis de ensino (Espinosa; Queiroz 2017).

fundadores do MESP entendem necessária a separação entre formação e conteúdo e desconsideram a diferença entre o ato de educar e o ato de doutrinar. Para o MESP, o professor não é um educador. Nessa perspectiva, o ato de educar seria, então, responsabilidade da família e da religião, enquanto o professor se limitaria a instruir, o que no discurso da Escola sem Partido equivale a transmitir conhecimento neutro, sem mobilizar valores e sem discutir a realidade social do educando (Penna 2017).

Percebe-se, portanto, que o movimento encontra-se em contradição com ele mesmo justamente porque preconiza que o papel do professor seria de imparcialidade já que o professor seria um mero transmissor de conteúdo para estudantes passivos. Através desse pensamento, o MESP revela seu intuito com “o direitismo político, o conservadorismo comportamental, bem como com o reacionarismo cultural” (Demier 2017: 90). Newton Duarte alerta que:

Ao contrário do que preconizam seus defensores, esse movimento não visa a defesa da escola diante de possíveis ações de proselitismo político-partidário ou de constrangimento ideológico. Sua real finalidade é a criação de um ambiente de censura ideológica, ética e política dos professores, dos currículos e dos materiais pedagógicos, de maneira a se submeter a escola pública aos ditames das mais reacionárias e irracionais concepções de mundo existentes na sociedade contemporânea (2018: 139-140).

O MESP tem buscado intervir na política educacional desde o processo de debate e elaboração do Plano Nacional de Educação (2011-2021/2014-2024), que suprimiu o termo gênero, até a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 20 de dezembro de 2017. Em 2016, foi apresentado no Senado Federal pelo então Senador Magno Malta, o Projeto de Lei nº 193/2016 que visava incluir pautas do Projeto da Escola Sem Partido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No entanto, após sofrer objeção de coletivos de profissionais da educação, o projeto foi retirado de tramitação em 2019. Na Câmara dos Deputados foram apresentados, ainda, outros projetos de lei que tem tramitado em conjunto: o de nº 7.180/2014, o de nº 867/2015 e o de nº 246/2019.

Em 2013, a religião passou a ser utilizada como um instrumento de pressão e disputa política na arena do Estado, assim como fortaleceu o MESP. Diferentes deputados religiosos vinculados à Frentes Parlamentares (bancadas evangélica, católica e Frente em Defesa da Família), passaram a apoiar o então Deputado Jair Bolsonaro em seus ataques ao Ministério da Educação (MEC) que, na época, buscava promover o respeito à diversidade sexual com o “Projeto Escola Sem Homofobia”⁸. Esse material, foi chamado por parlamentares conservadores de “kit gay”, assim como a discussão da temática sobre sexualidade, no âmbito das escolas, passou a ser denominada pelo MESP como “ideologia de gênero”. Esses argumentos deram não só fôlego ao MESP como também passaram a ameaçar e judicializar o trabalho docente, de modo que os pais passaram a ficar aterrorizados e com medo de que seus filhos tivessem contato com qualquer conteúdo relacionado à educação sexual. Entre 2014 e 2017, ao menos nove unidades da federação colocaram em trâmite projetos de leis correlacionados ao programa Escola Sem Partido. No nível municipal, outras dezenas de cidades encontram-se com projetos de lei tramitando na câmara de

⁸ O material do Projeto “Escola sem Homofobia” pode ser acessado em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em julho de 2020.

vereadores. No âmbito estadual, somente o estado de Alagoas aprovou a chamada lei “Escola Livre” (Lei nº 7.800/2016). Outras cidades do país também aprovaram leis com temas análogos.

Estratagemas psicológicos do MESP

O caráter totalitário do MESP reflete uma sociedade marcada por uma crescente mecanização e burocratização da vida. De cada ator social é solicitado, constantemente, que esse abandone o próprio juízo, ou seja, que abandone a possibilidade de fazer-se do próprio entendimento relacionado a outrem. A pretensão de formar juízo aparece, então, como algo perturbador e em seu lugar surge a identificação com clichês e com uma certa normatividade imposta. Max Horkheimer (1976) e Max Horkheimer e Theodor Adorno (2006) nomearam esse pensamento de “ticket”, pensamento esse que pode ser caracterizado pela indiferença social e pela esquematização da realidade, combinadas em conjunto com a tendência de personalização dos fatos sociais.

Essa mecanização do juízo incapaz de fazer experiências, sinal de uma consciência debilitada, reflete também uma incapacidade de identificar discursos totalitários. Max Horkheimer e Theodor Adorno (2006) alertavam sobre a ocorrência de uma regressão a um modo de juízo desprovido do juízo (poder de discriminar):

Essa mentalidade altamente estereotipada torna as pessoas suscetíveis à manipulação, o que, de acordo com Horkheimer e Adorno (1973a), compreende a constelação entre o estímulo, que é a técnica adotada pelo líder totalitário comumente sob a forma de discurso demagógico, a predisposição psíquica para tal, para o que contribuem a fragilidade e a atomização dos indivíduos, e as reações irracionais específicas “racionalmente” produzidas (Moura; Silva 2020: 272).

Os discursos do MESP apresentam uma ligação entre estímulo, predisposição e reação. Esses estímulos aproveitam-se de uma debilidade real e objetiva que reflete a fragilidade e atomização dos atores e os predispõe a uma fragilidade subjetiva, capaz de fazer com que os próprios atores rendam-se aos discursos autoritários dirigidos contra eles mesmos. De acordo com Max Horkheimer (1976):

Na propaganda totalitária dirigida às massas, os estímulos se apresentavam sempre de maneira rígida, com incansável repetição, além de construírem um inimigo que devia ser repudiado, sendo este o objeto de preconceito, a partir do que se buscava embotar as formas de reação dos receptores, deixando de lado possíveis resistências aos discursos (Horkheimer 1976 apud Moura; Silva, 2020: 272).

Theodor Adorno (2009) fez uma análise detalhada das técnicas psicológicas utilizadas por diferentes agitadores fascistas. A partir dessa análise, ele identificou diversos estratagemas que eram utilizados pelos agitadores para suscitar concordância e adesão ao movimento que queriam propagar. Adorno identificou que tratavam-se de subterfúgios que promoviam tanto a idealização de seus líderes quanto uma suspeita paranoica sobre os out-groups; em suma, eram utilizados artifícios retóricos repetitivos e padronizados dotados de persuasão e capazes de estabelecer certa comunicação psicológica entre enunciador e ouvinte (Carone 2002).

Ao analisar os projetos de lei elaborados pelo MESP, compreende-se a existência de aspectos totalitários que se baseiam na defesa da liberdade e no repúdio a supostos doutrinamentos, ou seja, “o uso de estratégias manipulativas oblitera a consciência e suscita a adesão, acionando modos de reação defensivos e modos de pensar automatizados que não permitem a autorreflexão” (Moura; Silva 2020: 273). Assim, o discurso do MESP diz respeito mais à psicologia subjetiva daquela que o enuncia do que ao objeto ou assunto em questão (Carone, 2002). Como enunciado por Theodor Adorno, no caso dos discursos analisados, o poder do agitador consistia na captura das “disposições inconscientes de sua audiência” por meio de um processo em que o agitador “simplesmente volta seu inconsciente para fora” (2015b: 182). Theodor Adorno (2009), também identificou no discurso dos agitadores a técnica do *fait accompli*, a qual consiste em apresentar algo como consumado, sobre o qual se tem acordo. A técnica do *fait accompli* “consiste em apresentar um assunto como algo que se ha decidido ya previamente” (Adorno 2009: 53). Isso implicaria em uma decisão que é atribuída ou às massas, como algo percebido no cotidiano, ou à uma autoridade pessoal ou institucional cujo prestígio a coloca em uma situação de superioridade.

O discurso presente nos textos dos projetos de lei defendidos pelo MESP sugere a utilização de outro estratégia muito utilizado em discursos fascistas. O estratégia da *inocência perseguida* refere-se à existência de uma ameaça em potencial, constante e real. Essa inocência seria perseguida de modo permanente por forças consideradas conspiratórias. Para Theodor Adorno (2009), essa distorção serve a dois propósitos: primeiro, para nomear o suposto perigo como uma ameaça que se dirige a todos; e, segundo, para colocar a agressividade utilizada contra esse perigo como uma forma de defesa legítima. Nesse sentido, podemos dizer, que as técnicas do *fait accompli* e da *inocência perseguida*, são técnicas que utilizam-se da incitação ao terror inviabilizando, fazendo com que a oposição e o confronto, já bastante debilitados na sociedade administrada, sejam mais facilmente aderidos⁹:

Como se trata de uma estratégia aterrorizante, a insinuação de que algo atemorizante ocorre nas escolas dá espaço para toda sorte de especulação – este estratégia se aproveita da disposição das massas a estarem ansiosas pelo que ocorre nos bastidores. Além disso, aproveita-se também do fato de que as pessoas estão psicologicamente inclinadas a transformar os processos anônimos dos quais são objetos na sociedade em termos personalizados de conspirações ou organizações secretas (Moura; Silva 2020: 275).

Theodor Adorno (2015) alerta para uma imprecisão recorrente nos discursos fascistas. Com relação ao MESP, podemos observar a forma como essa imprecisão é manipulada, principalmente no âmbito da moral sexual. Essa imprecisão estrutural, típica de uma ideologia totalitária que rechaça uma argumentação lógica, reflete o discurso do MESP. Imprecisão essa que não é fortuita, já que esses discursos tratam de manipular mecanismos inconscientes:

Pode-se dizer que tal imprecisão é muito importante nesses discursos, pois enquanto todo argumento ou lógica discursiva deixa um lastro de objetividade que pode ser confrontado, essa característica é

⁹ Como parte do estratégia *fait accompli*, encontra-se o que Adorno (2009: 48) nomeou como o fenômeno da carroça dos músicos, em que “todos querem se unir à carroça dos músicos para não perder o bonde”, ou seja, frente a discursos totalitários e num contexto em que a resistência é debilitada, as pessoas aderem ao mesmo, uma vez que isso demanda menos independência e coragem moral. Héctor Lozano aborda esse fenômeno na cena sobre a “carpeta verde” da série Merlí: Sapere Aude disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jN-WJ2vv2Po>.

deliberadamente evitada no discurso fascista, que aposta na repetição e na técnica psicológica, de modo a dificultar a confrontação com o que se afirma (Moura; Silva 2020: 276).

Theodor Adorno (2009) chama atenção para a imprecisão marcante contida na propaganda fascista, de modo que esgotava seu discurso na construção de um inimigo e na personalização de um líder, enaltecendo o movimento, mas não explicitando a que se destina. Assim, o combate ao inimigo se converte em um fim em si mesmo.

Ainda segundo Theodor Adorno (2015a), os discursos totalitários além de serem repetitivos, podem ser também caracterizados como similares, monótonos e compostos por um número limitado de dispositivos. Adiciona-se a isso, uma constante reiteração e a escassez de ideias. Dessa forma, o caráter repetitivo dos discursos, bem como a ausência de coerência e objetividade, decorrem de um desprezo cínico e relativista pela verdade, dado que o discurso fascista é baseado em fatos sem conexão que representam, apenas, imagens dos fatos (Adorno 2009). Nesse sentido, nota-se que a intenção do MESP, ao utilizar-se de um escândalo relacionado à sexualidade, é incitar o terror por meio de uma crença cega a esse discurso. Para Theodor Adorno (2009), a recorrente referência à sexualidade e ao gênero, como temáticas capazes de angariar novos seguidores, apresenta-se como uma estratégia idêntica à que fora utilizada pela propaganda fascista (Moura; Silva 2020: 277).

O efeito planejado abrange a organização de elementos que promovam a adesão das pessoas a um discurso demagógico que se propõe a enfrentar o mal, nesse caso, enfrentar uma manipulação política supostamente executada (Adorno 2009). Theodor Adorno (2009) chamou essa técnica que se utiliza de uma revelação real ou imaginária de escândalos que, com frequência, se referem à corrupção ou sexo de técnica das *roupas sujas*. Ao analisarmos tanto os textos dos projetos de lei quanto os discursos adotados pelo MESP, percebe-se que não há espaço para argumentações. O discurso que sustenta o MESP baseia-se, assim, na adesão ao movimento por meio do combate ao inimigo:

Ao atrair magneticamente cada traço particular do caráter autoritário presente na vida social, estimula a internalização da irracionalidade social, como também foi propiciado pela propaganda fascista, que, segundo Adorno (2015b), toma o status quo como aceito e petrificado e mobiliza a economia pulsional para isso (Moura; Silva 2020: 278).

Nesse sentido, adota-se a tática do menor esforço e o uso desses estratégias desempenha um processo de mobilização de processos irracionais e inconscientes. Essa tática é amplamente utilizada por movimentos populistas sejam eles conservadores de massa ou progressistas que adotem um conteúdo cego e facilmente manipulável em prol de um conteúdo racional (Adorno 2015b). Os discursos demagógicos acabam contando com uma atitude paranoica de parte de seus receptores, fomentando uma condição psíquica delirante que está ligada ao ressentimento daquele que não encontrou bases para a formação do pensamento. Segundo Theodor Adorno (2009), “a aceitação e o não questionamento do que é veiculado como verdadeiro e dado se deve ao sentimento de impotência, por meio do qual as pessoas sentem suas vidas fora de controle, sentindo-se objetos de processos que mal se pode compreender” (Moura; Silva 2020: 280). Baseados nessa disposição, discursos como os do MESP passam a oferecer ao receptor que aderir ao movimento a possibilidade de transformar esse sentimento de impotência em ação. Nota-se que

esse mecanismo das propagandas autoritárias tem se repetido em diversos movimentos de cunho autoritário ao longo do tempo:

Do lado de quem recebe e adere a tais ideias, podemos pensar, com base em Adorno (2009), que aderir ao que está ganhando ou se coloca de modo pungente, sem contradições, demanda menos independência e coragem. Isso acontece, sobretudo, porque os receptores se encontram em uma realidade em que não suportam correr mais riscos, vivendo em uma situação de dependência, na qual não se sentem autônomos o suficiente para pensar ou fazer oposição (Moura; Silva 2020: 281).

Portanto, buscando justificar e conquistar adesão aos seus métodos, o MESP emprega dois estratégias: o primeiro, o do *fait accompli*, que toma a doutrinação como um fato real e indubitável e, o segundo, o da *última hora*, que considera que a presente situação exige ações urgentes e definitivas:

A utilização desses estratégias, e do correspondente exercício da violência e coerção que eles encerram, apoia-se no sentimento neurótico de impotência; em consequência, a ideia de mudança, ou melhor, seu desejo é capturado pelo Movimento para seus propósitos que requerem a adesão aos métodos totalitários de que dispõe para efetivação de seus objetivos (Moura; Silva 2020: 282).

Theodor Adorno (2009) já alertava que a estratégia de acusar no outro justamente o que se busca realizar, mas não se pode confessar abertamente, faz parte das estratégias do discurso totalitário:

Esse aspecto reafirma o que a mentalidade fascista busca realizar, mas que não pode expressar diretamente: a destrutividade. Nesse caso, trata-se da destruição de todas as possibilidades de autonomia, esvaziando os espaços de suas potencialidades críticas e reflexivas, reduzindo-os ao culto do existente e das relações de poder vigentes na sociedade, afinal todo movimento fascista pretende a manutenção repressiva da sociedade antagonica (Adorno 2009), mesmo em meio a todas suas contradições.

Por fim, Theodor Adorno(2009) chamava a atenção para a diferença entre os discursos de caráter fascista e do nazismo alemão. O fascismo não atacava a democracia, ao contrário, ele dispunha-se a aceitá-la como um véu encobridor dos próprios fins. Através da autopromoção e utilizando-se dos mais variados estratégias dentro do sistema publicitário e político, o fascismo espera chegar a uma tal concentração de poder que viabilizará a derrocada da democracia.

Reflexões finais

Os discursos do MESP revelam uma mentalidade de anulação da diferença, principalmente por rechaçarem os direitos das minorias políticas na sociedade atual. Assim, a centralidade neoliberal e conservadora nos possibilita enunciar a seguinte predição: a “Escola sem Partido” é uma “Escola com Partido”. Portanto, o MESP não pretende uma Escola “sem Partido”, mas sim uma escola de pensamento único. Os discursos do MESP refletem um caráter que além de ser ideológico (ideologia essa que é entendida como algo ruim e que não seria inerente à natureza humana), é equivocado e não corresponde à verdade. Além disso, reflete a intolerância frente às diferenças, ameaçando a liberdade e a democracia. Podemos dizer que o objetivo do MESP é tornar inviável o debate no espaço público em torno da equidade de gênero e da diversidade sexual, reiterando a naturalização da desigualdade de gênero e da heteronormatividade, o que, em última instância, levará à continuidade de práticas discriminatórias tanto na escola quanto na sociedade em geral.

Assim, reúne-se o fundamentalismo mercantil ao religioso e se avança rumo à intolerância, negando, inclusive, os princípios liberais, assim como fez o nazismo e o fascismo. O MESP desconsidera que o ato de educar está intrínseco ao de ensinar e subtrai a capacidade dos educandos de desenvolverem uma leitura crítica da realidade, impedindo-os de constituírem-se enquanto atores sociais.

Cabe citar, ainda, que frente às investidas do MESP, tivemos em 2016, durante o II Encontro Nacional de Educação (ENE), a criação da Frente Nacional Escola Sem Mordaza¹⁰ que define-se como um agrupamento político de entidades que atuam em unidade contra o Projeto “Escola Sem Partido”.

Em 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, ao menos, quatro ações contra legislações municipais antigênero. Por unanimidade, cada nova decisão reiterou as anteriores, formando uma posição consolidada no tribunal que pode ser definida em cinco teses: 1) A censura às temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual nas escolas viola a liberdade constitucional de ensinar, aprender, divulgar a arte e o saber e interdita o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; 2) Professores têm liberdade de expressão no exercício profissional, e a censura prévia às suas atividades é incompatível com as liberdades fundamentais de opinião e pensamento; 3) Crianças e adolescentes têm direito fundamental ao conhecimento e à proteção que os estudos escolares sobre gênero e sexualidade proporcionam; 4) O Estado tem o dever de zelar pelas liberdades, direitos e garantias anteriores e de atuar por meio de políticas públicas e sistemas de ensino, de escolas públicas e privadas, para o enfrentamento de todas as formas de discriminação com fundamento em gênero e orientação sexual; 5) Quanto aos pais, entre os direitos sobre a educação de seus filhos não se incluem poderes para questionar ou vetar conteúdos específicos do ensino que compõem os objetivos republicanos e democráticos do direito à educação. As referidas teses refletem ideias que constam no Manual de defesa contra a censura nas escolas¹¹.

¹⁰ Mais informações em: <https://www.escolasemmordaca.org.br/>. Acesso em julho de 2020.

¹¹ O Manual pode ser acessado em: <https://www.manualdedefesadasescolas.org/manualdedefesa.pdf>. Acesso em julho de 2020.

ANELISE GREGIS ESTIVALET es Licenciada en Ciencias Sociales por la Universidad Federal Río Grande del Sur (UFRGS). Es Especialista en Estudios de Género por el Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Es Magister en Educación por la Universidad Federal de Fluminense (UFF) y Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad del Valle de Rio dos Sinos (UNISINOS) en cotutela con el Laboratoire Éthique Médicale da Université Paris Descartes - Sorbonne (PARIS V) e Centre d'Études sur l'Actuel e t le Quotidien (CEAQ-Sorbonne). Actualmente es profesora en la Facultad de Educación de la Universidad de Brasilia (UNB).

Bibliografía

- ADORNO, Theodor. 2009. “La técnica psicológica de las alocuciones radiofónicas de Martin Luther Thomas”. Em Adorno, Theodor, *Escritos sociológicos II*. Madrid: Akal.
- _____. 2015a. “Antisemitismo e propaganda fascista”. Em Adorno, Theodor. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp, pp.137-52.
- _____. 2015b. “Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista”. Em Adorno, Theodor. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp, pp.153-89.
- AMAYA, José. 2017. “La tormenta perfecta: ideología de género y articulación de públicos”. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*. N. 27, 149-71.
- BARZOTTO, Carlos Eduardo y Fernando SEFFNER. 2020. “Escola sem Partido e sem gênero: redefinição das fronteiras público e privado na educação”. *Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.* V. 29, n. 58, 150-67.
- BENSAID, Daniel. 2008. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo, Boitempo.
- BRASIL. 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República.
- BROWN, Wendy. 2006. “Americannightmare: neoliberalism, neoconservatism, and democratization”. *Political Theory*. V. 34, n. 6, 690-714.
- _____. 2015. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. Nueva York: Zone Books.
- CARONE, Iray. 2002. “Fascismo on the air: estudos frankfurtianos sobre o agitador fascista”. *Lua Nova*. V. 55, n. 56, 195-217.
- DARDOT, Pierre y Christian LAVAL. 2016. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- DEMIER, Felipe. 2017. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- DUARTE, Newton. 2018. “O Currículo em Tempos de Obscurantismo Beligerante”. *Revista Espaço do Currículo*. V. 2, n. 11.
- DVOSKIN, Gabriel y Anelise Gregis ESTIVALET. 2020. “Gênero e sexualidade: (Ou) Posições sobre a educação sexual”. *Interritórios*, V. 6, n. 10, 48-72.

- ESPINOSA, Betty R. Solano y Felipe Campanuci QUEIROZ. 2017. “Breve análise sobre as redes da Escola sem Partido”. Em Frigotto, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ.
- FÉLIX, Anikó. 2015. “Hungary”. Em Kováts, Eszter, Põim, Maari (ed.). *Gender as a symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe*. Foundation for European Progressive Studies, pp. 62-82.
- FERNANDES, Florestan. 2008. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo.
- GRZEBALSKA, Weronica. 2015. “Poland”. Em Kováts, Eszter; Põim, Maari (ed.). *Gender as a symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe*. Foundation for European Progressive Studies, pp. 83-103.
- HOBBSAWM, Eric. 2013. *Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HORKHEIMER, Max. 1976. “Prejuicio y carácter”. Em Horkheimer, Max. *Sociedad en transición: estudios de filosofía social*. Barcelona: Península, pp. 167-78.
- HORKHEIMER, Max y Theodor ADORNO. 2006. “Elementos do antissemitismo: limites do esclarecimento”. Em Horkheimer, Max; Adorno, Theodor. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 139-71.
- JUNQUEIRA, Rogério. 2016. “Ideologia de gênero’: uma categoria de mobilização política”. Em Silva, Márcia (org.). *Gênero e diversidade: debatendo identidades*. São Paulo: Perse, pp. 229-246.
- _____. 2017. “Ideologia de gênero’: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? Em Ribeiro, Paula Regina Costa; Magalhães, Joanalira Copes (org.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande, RS: Editora da FURG, pp. 25-52.
- _____. 2018. A invenção da “ideologia de gênero’: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*. V. 18, n. 43, 449-502.
- KUHAR, Roman y Aleš ZOBEC. 2017. “The anti-gender movement in Europe and the educational process in public schools”. *C-E-P-S Journal*, Ycar. V. 7, n. 2, 29-46.
- LACLAU, Ernesto. 2013. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas.
- LÖWY, Michael. 2015. “Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil”. *Revista Serviço Social*. N. 124, pp. 652-64.
- MAYER, Stefani y Birgit SAUER. 2017 “Gender ideology’ in Austria: coalitions around an empty signifier”. Em Kuhar, Roman; Paternotte, David (org.). *Anti-gender campaigns in Europe – mobilizing against equality*. London: Rowman & Littlefield Internacional Ltd., 2017, pp. 23-40.
- MÉSZÁROS, István. 2003. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo.
- _____. 2004. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo.
- MIGUEL, Luis Felipe. 2016. “Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem Partido e as leis da mordaza no Parlamento brasileiro”. *Revista Direito & Práxis*. V. 07, n. 15, 590-621.
- MOSS, Kevin. 2017. “Russia as the savior of European civilization: gender and the geopolitics of traditional values”. Em Kuhar, Roman; Paternotte, David (org.). *Anti-gender campaigns in Europe – mobilizing against Equality*. London: Rowman & Littlefield Internacional Ltd., pp. 195-214.

-
- MOURA, Claudia Helena Gonçalves y Pedro Fernando da SILVA. 2020. “Os estratagemas psicológicos utilizados pelo programa do Movimento Escola sem Partido”. *Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.* V. 29, n. 58, 270-89.
- MUELLE, Camila. 2017. “Cómo hacer necropolíticas en casa: ideología de género y acuerdos de paz en Colombia”. *Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad*. N. 27, 172-98.
- PENNA, Fernando. 2018. “O discurso reacionário de defesa do projeto ‘Escola sem Partido’: analisando o caráter antipolítico e antidemocrático”. *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*. v. 20, n. 3.
- _____. 2017. “Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional”. Em Frigotto, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, pp. 35-49.
- PETÔ, Andrea. 2015. “Epilogue: “anti-gender” mobilisation discourse of conservative and far right parties as a challenge for progressive politics”. Em Kováts, Eszter; Põim, Maari (ed.). *Gender as a symbolic glue – the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe*. Foundation for European Progressive Studies, pp. 126-31.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. 1998. “Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 13, n. 37, 43-73.
- RANCIÈRE, Jacques. 2014. *Ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo.
- SILVA, Amanda da y Maria Rita de Assis CÉSAR. 2017. “A emergência da “ideologia de gênero” no discurso católico”. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande*. V. 23, n. 46, 193-213.
- SILVEIRA, Zuleide. 2017. “Onda conservadora: o emergente Movimento Escola sem Partido”. Em Frigotto, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ.
- VEIGA-NETO, Alfredo. 2010. Gubernamentalidad neoliberal: implicaciones para la educación. *Revista Educación y Pedagogía*. V. 22, n. 58, 213- 35.